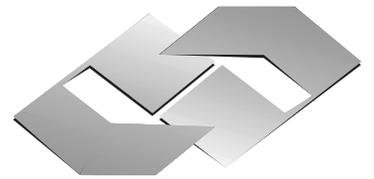




CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2007
CEPISA
(COMPANHIA ENERGÉTICA
DO PIAUI)



CONSULPLAN CONSULTORIA Ltda.
www.consulplan.net
atendimento@consulplan.com

SEMPRE EM NOSSO FOCO

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado, devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Bips e telefones celulares, devem ser mantidos **desligados**, ou qualquer outro material. É expressamente proibido ao candidato entrar ou permanecer com armas no local de realização das provas. Caso o candidato detenha o porte legal de arma e esteja de posse da mesma; deverá entregá-la na Coordenação, buscando-a ao término das provas.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (TRÊS) horas, já incluído o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, **podendo** antes e depois da entrada no sanitário sofrer revista através de detector de metais. Ao término da prova ao sair da sala, não poderá utilizar os sanitários. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O caderno de provas consta de 40 (QUARENTA) questões objetivas de múltipla escolha. Leia atentamente e marque apenas uma alternativa.
- 07 - As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta.
- 08 - Deve-se marcar na FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) apenas uma opção em cada questão, com caneta azul ou preta, SEM RASURAS, SEM AMASSÁ-LA, SEM PERFURÁ-LA. Caso contrário, a questão será anulada.
- 09 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. Inclusive devendo o candidato verificar se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas na parte superior esquerda da folha nº 02.
- 10 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe, única e exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir.
- 11 - O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas **após 90 (noventa) minutos** de seu início e só poderá levar o Caderno de Provas no decurso da **última hora** anterior ao horário previsto para seu término.
- 12 - É proibida a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa da **Consulplan Consultoria**. Em nenhuma hipótese a **Consulplan Consultoria** informará o resultado por telefone.
- 13 - A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar na anulação da prova do candidato.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais **preliminares** das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net às 14h00min do dia subsequente ao da realização da prova escrita.
- Os recursos deverão ser apresentados conforme determinado no **item 09** do Edital 001/2007, não esquecendo, principalmente dos seguintes aspectos:
 - a) Caberá recurso contra questões das provas e contra erros ou omissões no gabarito, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas ininterruptas**, iniciando-se às **14:00 horas do dia 30 de Julho de 2007, encerrando-se às 14:00 horas do dia 01 de Agosto de 2007**.
 - c) A interposição de recursos **somente** poderá ser feita **via internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato com o fornecimento de seu CPF, apenas no prazo recursal, à **Consulplan Consultoria**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.
 - b) A decisão proferida pela Banca Examinadora tem caráter irrecorrível na esfera administrativa, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
 - d) Serão rejeitados os recursos não fundamentados, enviados via postal, via fac-símile (fax) e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

CARGO

O: CONTADOR

TEXTO:

Chuchu

Joanita, em sua última carta escrita de Haia: “Mas que saudades de chuchu com molho branco”.

[...]

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

Eu sei que toda gente despreza o chuchu, a coisa mais bestinha que Deus pôs no mundo, cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal. Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu, mas já reparei que há uma certa injustiça em considerar insípido um prato que é insípido só porque raras são as cozinheiras que sabem prepará-lo.

Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada, é uma mistura de água e celulose, desprovida de qualquer vitamina ou sal. O chuchu é meu eterno pomo da discórdia com meu querido amigo Dr. Rui Coutinho. Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe. Argumento assim: “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta, a boniteza de sua folha verdinha, ou talvez o instinto secreto da espécie sempre levaram o homem a comer a aristocrática *Lactuca sativa*. Um dia se descobriu que a alface é rica em vitamina A, cálcio e ferro. Então a alface deixou de ser água e celulose, e entrou nos *menus* autorizados e recomendados pelos nutricionistas.

Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica? O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase nenhum deleite essa coisinha verde e mole que se derrete na boca sem deixar vontade de repetir a dose.”

Rui Coutinho sorri cético.

Enquanto isso, na Holanda, Joanita, podendo comer os pratos mais saborosos do mundo, tem saudade é de chuchu com molho branco. Que desforra para o chuchu!

(BANDEIRA, Manuel. IN: *Quadrante*. 2ed. Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 1963.p. 165-7)

01) O uso, pelo autor, da expressão “pomo da discórdia”, tem ligação com:

- A) Pomo-de-Adão, que se refere a uma parte da garganta.
- B) Pomo, que se refere a “*citrus adan*”, planta da família das rutáceas.
- C) Uma passagem da mitologia grega.
- D) Ponto final de um desacordo.
- E) Diálogo amistoso.

02) “Cucurbitácea reles” é citado pelo autor no texto. Assinale a opção correta correspondente ao sublinhado no enunciado:

- A) É uma referência ao fato do chuchu ser muito comum.
- B) O sublinhado é o nome científico do chuchu.
- C) É a maneira do autor menosprezar o legume.
- D) Refere-se ao fato do chuchu não possuir vitamina A e nem cálcio.
- E) Refere-se ao fato do chuchu ser insípido.

03) “Rui Coutinho sorri cético”. A palavra *cético* significa:

- A) Ímpio.
- B) Ateu.
- C) Descrente.
- D) Extraordinário.
- E) Singular.

04) “... indispensável à economia orgânica”. É correto afirmar que o sinal gráfico empregado na palavra destacada nesta frase é denominado:

- A) Acento agudo.
- B) Acento grave.
- C) Crase.
- D) Acento circunflexo.
- E) Trema.

05) Silepse é uma concordância anormal feita com a idéia que se faz do termo e não com o próprio termo. Há um exemplo de silepse em:

- A) “Eu sei que toda gente despreza o chuchu...”
- B) “... cucurbitácea reles que medra em qualquer beirada de quintal”.
- C) “... os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “O que me parece inexplicável é que os brasileiros persistamos em comer sem quase...”
- E) “Então a alface deixou de ser água e celulose...”

06) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas, dizem que o chuchu não vale nada...” Considerando-se as formas verbais presentes neste período, é correto afirmar que:

- A) Uma delas pertence a verbo da terceira conjugação.
- B) Duas delas pertencem a verbos da primeira conjugação.
- C) Duas delas estão empregadas em tempo pretérito.
- D) Todas elas estão empregadas em forma plural.
- E) Uma delas está empregada em tempo futuro.

07) “Quando ele desfaz do chuchu em minha presença, salto logo em defesa do humilde caxixe”. A palavra sublinhada na frase anterior, estabelece entre as orações uma relação de:

- A) Causa.
- B) Conclusão.
- C) Conseqüência.
- D) Tempo.
- E) Oposição.

08) Apenas uma das frases abaixo, está totalmente correta quanto à ortografia. Assinale-a:

- A) A vagem é mais insípida que o chuchu.
- B) O eminente Dr. Rui Coutinho não acreditava nas propriedades vitamínicas do chuchu.
- C) A jaboticaba e o abiu são frutas tropicais.
- D) Meus amigos fizeram uma viagem à Europa.
- E) É longo o trageito e pequeno o tempo para percorrê-lo.

09) Em todas as frases abaixo, as conjunções que iniciam as orações destacadas têm o mesmo valor semântico, EXCETO:

- A) “Eu sei que toda a gente despreza o chuchu...”
- B) “... mas já reparei que há uma certa injustiça...”
- C) “... dizem que o chuchu não vale nada...”
- D) “... são raras as cozinheiras que sabem prepará-lo”.
- E) “Um dia se descobriu que a alface é rica de vitamina A, cálcio e ferro”.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

10) Assinale a alternativa que é frase, mas NÃO é oração:

- A) “Mas que saudades do chuchu com molho branco”.
- B) “Não tenho também nenhuma ternura especial pelo chuchu...”
- C) “Sei ainda que os médicos nutricionistas banem o chuchu de todas as suas dietas...”
- D) “Antigamente, antes da descoberta das vitaminas, se dizia o mesmo da alface, mas o sabor da planta...”
- E) “Quem me dirá que um dia, próximo ou distante, não se descobrirá no chuchu um elemento novo, indispensável à economia orgânica?”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) A alavancagem operacional descreve os efeitos que os custos fixos têm no lucro das operações à medida que as mudanças ocorrem nas unidades vendidas e, conseqüentemente, na margem de contribuição. Conforme as informações abaixo analise:

QUANTIDADE VENDIDA	50
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO UNITÁRIA	R\$ 90,00
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 2.000,00

Caso ocorra um aumento na quantidade vendida de 30%, ou seja, 65 unidades o aumento percentual no lucro operacional será de:

- A) 30%
 - B) 53,5%
 - C) 67,5%
 - D) 75%
 - E) 40%
- 12) Os princípios contábeis dão as grandes linhas filosóficas de resposta contábil aos desafios do sistema de informação contábil. Estes são o núcleo central da doutrina contábil. Do princípio do registro pelo valor original resulta:
- I. A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
 - II. Uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral a outros elementos patrimoniais.
 - III. O valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, exclusive da saída deste.
 - IV. Os princípios da atualização monetária e do registro pelo valor original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada.
 - V. O uso da moeda do país na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II e III
 - B) I, II, IV e V
 - C) I, IV e V
 - D) I, II, III e IV
 - E) I, II, III, IV e V
- 13) Uma empresa tem uma estrutura de capital composta por 60% de capital próprio e o restante de capital de terceiros. Para esta estrutura e sabe-se que os proprietários da empresa esperam um retorno de investimento de 30% e o custo médio ponderado de capital – CMPC – é de 25% ao ano. É estratégico para a empresa reduzir o seu CMPC para 20% ao ano aumentando a participação do capital de terceiros (Alavancagem Financeira) e mantendo os custos atuais do capital próprio e de terceiros. A participação do capital próprio e do capital de terceiros para que esta empresa alcance seu objetivo serão, respectivamente:
- A) 20% e 80%
 - B) 30% e 70%
 - C) 28% e 72%
 - D) 25% e 75%
 - E) 32% e 68%
- 14) As demonstrações contábeis têm como objetivo atender às necessidades de seus usuários, contribuindo para a tomada de decisões. A diversidade entre as várias economias representa uma dificuldade adicional para estes investidores, dada a necessidade de entender as práticas contábeis de cada país e convertê-las para um mesmo padrão. A convergência das normas internacionais deverá facilitar análises, auxiliar na tomada de decisões e colaborar para a redução do custo de capital e do custo de elaboração de relatórios financeiros. Sobre os esforços para a convergência das Normas Brasileiras com as internacionais, analise:
- I. Banco Central (Bacen) está obrigando todas as empresas sob sua regulação a preparar as demonstrações contábeis com plena aplicação das IFRS a partir de 31 de dezembro de 2010.
 - II. A CVM divulgou minuta de instrução que exige que as companhias abertas adotem o padrão contábil internacional para as demonstrações contábeis anuais consolidadas a partir de 2010.
 - III. Para resolver conflitos internos ocasionados pela geração de normas contábeis por diversas leis, instituições e agências reguladoras, foi criado, pela Resolução nº 1.055, de 2005, do Conselho Federal de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 - IV. O CPC representa a união de esforços e objetivos das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais, Bolsa de Valores de São Paulo, CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, Banco Central do Brasil e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e II
 - B) I, II e III
 - C) II, III e IV
 - D) I, III e IV
 - E) I, II, III e IV
- 15) A Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos – DOAR, apresenta os fluxos financeiros de um exercício contábil que alteraram, aumentaram ou reduziram. Conforme informações abaixo, analise:

ATIVO	X5	X6	PASSIVO	X5	X6
Ativo Circulante	R\$ 6.500,00	R\$ 7.220,00	Passivo Circulante	R\$ 3.700,00	R\$ 4.000,00

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

Caixa	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00	Salários	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Duplicatas a receber	R\$ 1.500,00	R\$ 2.220,00	Contas a pagar	R\$ 1.700,00	R\$ 2.000,00
Estoque	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00			
Permanente	R\$ 2.700,00	R\$ 2.730,00	Patrimônio Líquido	R\$ 5.500,00	R\$ 5.950,00
Móveis e equipamentos	R\$ 2.700,00	R\$ 3.000,00	Capital Social	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Depreciação		R\$ -270,00	Lucro Acumulado	R\$ 500,00	R\$ 950,00
TOTAL	R\$ 9.200,00	R\$ 9.950,00	TOTAL	R\$ 9.200,00	R\$ 9.950,00

Conforme a variação do capital de giro líquido, o total de entradas no período e das aplicações no período são respectivamente:

- A) R\$ 1000,00 e R\$ 30,00
 B) R\$ 450,00 e R\$ 30,00
 C) R\$ 450,00 e R\$ 350,00
 D) R\$ 750,00 e R\$ 30,00
 E) R\$ 720,00 e R\$ 300,00

16) Além da própria demonstração de fluxo de caixa, indicadores baseados no fluxo de caixa podem ser extraídos das demonstrações financeiras oficiais e utilizados em análise de desempenho operacional. É correto afirmar que o EBITDA – *Earnings Before Interest Tax Depreciations and Amortization*:

- I. É um indicador financeiro que mostra se os ativos operacionais estão gerando caixa.
 II. A depreciação, amortização e exaustão não são consideradas no cálculo do EBTIDA, porque exercem impacto sobre o caixa, pois correspondem ao investimento já realizado e desembolsado no passado, que está sendo parcialmente considerado como despesas ou custo do período.
 III. Pode ser calculado de duas formas: a partir da receita líquida ou do lucro operacional.
 IV. Considera em seu cálculo somente os resultados operacionais que afetam o caixa.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II e III B) II, III e IV C) II e III D) I e IV E) I, II, III e IV

17) EVA – *Economic Value Added* é uma medida de desempenho operacional que indica a verdadeira lucratividade das operações, pois considera em seu cálculo o custo do capital próprio, evidenciando o valor efetivamente adicionado ao patrimônio líquido em determinado período. Conforme dados abaixo, analise:

	X6
Valor do capital de terceiros	R\$ 600.000,00
Valor do capital próprio	R\$ 900.000,00
Capital total	R\$ 1.500.000,00
Despesas financeiras	R\$ 51.425,00
IR	30%
Custo operacional líquido depois dos impostos (NOPAT)	R\$ 100.000,00
Custo de oportunidade anual informado pelos acionistas	12%

O Valor Econômico Adicionado – EVA será de:

- A) R\$ 24.560,00 B) R\$ (34.660,00) C) R\$ (43.997,50) D) R\$ 50.560,00 E) R\$ (50.000,00)

18) O custo do capital é a remuneração que a empresa paga aos investidores. Quando os investidores são terceiros, paga-se uma taxa de remuneração. Conforme informações abaixo, analise:

	X6
Valor do capital de terceiros	R\$ 552.000,00
Despesas financeiras	R\$ 102.550,00
IR	30%

O custo do capital de terceiros será de:

- A) 12% B) 11% C) 15% D) 18% E) 13%

19) A Empresa XYZ comprou um equipamento para utilizar em sua produção. O equipamento foi adquirido de outra empresa que o utilizou há exatos sete anos. A taxa de depreciação que poderá ser utilizada pela Empresa XYZ será de:

- A) 40% B) 20% C) 30% D) 10% E) 50%

20) O Plano de Contas é o conjunto de contas criado pelo Contador, para atender às necessidades de registro dos fatos administrativos. A empresa deve ter em mente as várias possibilidades de relatórios gerenciais. Para elaboração do Plano de Contas deverá ser levado em consideração as seguintes situações:

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

- I. Por necessidade gerencial, exige-se que os gastos sejam agrupados e identificados por centros de responsabilidade (centro de custo, centro de resultado, departamento, filiais, etc.) e, como simplificação elaboram-se dois Planos de Contas, um de contas propriamente dito, com as aglutinações por natureza e outro de centros de custos.
- II. A atribuição de códigos às contas é um fator que depende do ambiente onde será aplicado o Plano De Contas (tamanho da empresa, equipamentos utilizados, nível de informação requerida e outros).
- III. A codificação deverá estar de acordo com a estrutura do plano de contas para permitir que se diferencie, de imediato, conta patrimonial de conta de resultado, conta ativa de conta passiva, bem como se identificou o grupo de conta.
- IV. O elenco de contas deve contemplar as necessidades de informação.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, II e III B) II, III e IV C) II e III D) I e IV E) I, II, III e IV

21) Os critérios de avaliação dos valores mobiliários (temporário) são aplicados dentro do regime de competência e, de forma geral, segue sumariamente a seguinte orientação:

- A) O valor dos títulos menos provisão para reduzi-los ao valor provável de realização.
- B) Ao custo de aquisição acrescido dos juros e atualização devida e reduzidos ao preço de mercado, se este for menor.
- C) Pelo método de equivalência patrimonial.
- D) Demonstrado pelo líquido entre as receitas menos os custos e despesas correspondentes ou contrapostos a tais receitas.
- E) Os investimentos e reinvestimentos (lucros retidos) feitos pelos sócios e eventuais acréscimos por reavaliação de ativos.

22) A distinção entre Elisão e Evasão Fiscal são, respectivamente:

- A) A Elisão Fiscal é articulada com base em um planejamento, aceito e aplicado pelo contribuinte, preocupado com a saúde financeira de sua empresa que, em favor da própria manutenção de suas atividades, recorre a profissionais habilitados para a minoração da pesada carga tributária a que está sujeita. A Evasão Fiscal é o ato de omissão e falsificação de informações com vistas a burlar o Fisco e impedir a cobrança, mesma, do tributo.
- B) A Elisão Fiscal é o ato de omissão e falsificação de informações com vistas a burlar o Fisco e impedir a cobrança, mesma, do tributo. A Evasão Fiscal é articulada com base em um planejamento, aceito e aplicado pelo contribuinte, preocupado com a saúde financeira de sua empresa que, em favor da própria manutenção de suas atividades, recorre a profissionais habilitados para a minoração da pesada carga tributária a que está sujeita.
- C) A Elisão Fiscal é articulada com base em um planejamento, não aceito e aplicado pelo contribuinte. A Evasão Fiscal é articulada com base em um planejamento, aceito e aplicado pelo contribuinte.
- D) A Elisão Fiscal é um ato ilícito e a Evasão Fiscal é um ato lícito.
- E) N.R.A.

23) Além do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, são necessários outros relatórios contábeis para um perfeito entendimento da situação patrimonial, econômica e financeira de uma empresa. A Demonstração do Valor Adicionado:

- I. Evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu.
- II. É importante sob o ponto de vista macroeconômico, pois, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) representam, na verdade, o Produto Interno Bruto de um país.
- III. Complementada com outros demonstrativos obrigatórios e informações complementares de natureza social, ecológica e de produtividade, forma um conjunto de informações contábeis denominado Balanço Social.
- IV. Um dos aspectos é a demonstração do quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção e de que forma esta riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) II e III B) II, III e IV C) I, II e IV D) I e III E) I, II, III e IV

24) Os impostos que NÃO são despesas para empresa são:

- A) IPI, ICMS e PIS.
- B) INSS, CSLL e ICMS.
- C) CSLL, IPI e ICMS.
- D) IR, ICMS e PIS.
- E) INSS, CSLL e COFINS.

25) Analise as informações ao lado:

O retorno sobre o ativo será de:

- A) 83%
- B) 12%
- C) 13%
- D) 10%
- E) 80%

	x6
Ativo Total	R\$ 5.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 600,00
Lucro Líquido	R\$ 500,00

26) As informações da demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com outras demonstrações, deverá atender aos seguintes requisitos, EXCETO:

- A) Evidenciar o efeito periódico das transações de caixa segregadas por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.
- B) Evidenciar, separadamente, em notas explicativas que façam referência a DFC, as transações de investimento e financiamento que afetam a posição patrimonial da empresa, mas não impactam diretamente os fluxos de caixa do período.
- C) Reconciliar o resultado líquido (lucro/prejuízo) com o caixa líquido gerado ou consumido nas atividades operacionais.
- D) Prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos em dinheiro de uma empresa.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

E) Indicar as modificações na posição financeira da companhia, discriminando as origens dos recursos agrupadas em lucro do exercício, realização do capital social e recursos de terceiros.

27) Uma das formas de apropriação dos custos é a utilização do sistema de custeio por absorção, onde são separados os custos inventariáveis para a formação dos custos de produção e os custos não inventariáveis que compõem as despesas operacionais. Analise os dados abaixo:

Matérias-primas	R\$ 25.000,00
Mão-de-Obra direta	R\$ 30.000,00
Depreciação	R\$ 30.000,00
Aluguel do imóvel da fábrica	R\$ 15.500,00
Energia elétrica consumida pelas máquinas	R\$ 10.000,00
Mão-de-obra indireta	R\$ 15.500,00
Materiais indiretos	R\$ 15.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 5.000,00
Despesas com vendas	R\$ 1.000,00

Dos elementos do custo, são considerados variáveis os relativos a matérias-primas, mão-de-obra direta, energia elétrica e materiais indiretos. Em relação às despesas, as administrativas são consideradas fixas e as de vendas, variáveis. A Empresa iniciou a produção de 800 unidades no período, das quais 50 permaneceram em elaboração. Das unidades acabadas, 600 foram vendidas ao preço unitário de R\$ 1.000,00. O custo total unitário de produtos acabados pelo método de custeio por absorção será:

A) R\$ 176,25 B) R\$ 180,00 C) R\$ 196,00 D) R\$ 183,75 E) R\$ 190,00

28) Segundo a Lei 6.404/76 em seu art. 187, na determinação do resultado do exercício serão computados:

- I. As receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda.
- II. Os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a estas receitas e rendimentos.

Estas conceituações da Lei 6.404/76, representam basicamente quais princípios?

- A) Princípio da Competência, Princípio da Prudência e Princípio do Confronto das Despesas.
- B) Princípio do Registro pelo Valor Original, Princípio Entidade e Princípio do Confronto das Despesas.
- C) Princípio da Competência, Princípio da Realização da Receita e Princípio do Confronto das Despesas.
- D) Princípio da Continuidade, Princípio da Realização da Receita e Princípio da Prudência.
- E) Princípio da Atualização Monetária, Princípio da Prudência e Princípio do Confronto das Despesas.

29) A Demonstração de Resultado do Exercício é uma demonstração obrigatória e tem como objetivo:

- A) Fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, obtido através da dedução das despesas operacionais obtendo-se o lucro líquido e após, são apresentadas as receitas e/ou as despesas não operacionais, apurando-se então o resultado antes do Imposto de Renda.
- B) Fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, obtido através da dedução das despesas operacionais obtendo-se o lucro operacional e após, são apresentadas as receitas e/ou as despesas não operacionais, apurando-se então o resultado antes do Imposto de Renda.
- C) Fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, obtido através da inclusão das despesas operacionais obtendo-se o lucro operacional bruto e após, são apresentadas as receitas e/ou as despesas não operacionais, apurando-se então o resultado antes do Imposto de Renda.
- D) Fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, obtido através da inclusão das despesas operacionais obtendo-se o lucro líquido e após, são apresentadas as receitas e/ou as despesas semi-operacionais, apurando-se então o resultado antes do Imposto de Renda.
- E) Fornecer aos usuários os dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício, obtido através da dedução das despesas operacionais obtendo-se o lucro operacional e após, são apresentadas as receitas e/ou as despesas não operacionais, apurando-se então o resultado depois do Imposto de Renda.

30) A Lei 6.404/76 introduziu critérios contábeis de avaliação de investimentos. Os métodos de avaliação dos investimentos são:

- A) Método de Custo e Método de Ambivalência Patrimonial.
- B) Método de Custo e Método de Investimento temporário Patrimonial.
- C) Método de Reavaliação dos Ativos e Método de Equivalência Patrimonial.
- D) Método de Custo e Método de Equivalência Patrimonial.
- E) Método de Investimento Permanente e Método de Investimento Patrimonial.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

31) No Microsoft Excel 2003, a função “Média” retorna a:

- A) Média aritmética dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
- B) Média aritmética dos argumentos que podem ser somente números.
- C) Média geométrica dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
- D) Média ponderada dos argumentos que podem ser números ou nomes, matrizes ou referências que contêm números.
- E) Média geométrica dos argumentos que podem ser somente números.

CONCURSO PÚBLICO – CEPISA (COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ)

32) No Microsoft Word 2003, junto à barra de rolagem horizontal (no canto inferior esquerdo da tela) são exibidos normalmente alguns ícones que possibilitam que o texto seja apresentado de formas ou modos diferentes. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um modo correto:

- A) Modo Normal.
- B) Modo de exibição de layout da Web.
- C) Modo de layout de impressão.
- D) Modo de layout do texto.
- E) Modo de estrutura de tópicos.

33) A WWW (World Wide Web) ou simplesmente, Web é:

- A) A parte *multimídia* da Internet.
- B) O mesmo que Internet.
- C) O mesmo que Intranet.
- D) O mesmo que Extranet.
- E) O mesmo que URL (Uniform Resource Locator).

34) No Microsoft Windows XP e no Microsoft Windows 2000 para descobrir se alguém criou um arquivo no seu micro, por exemplo, basta pesquisar em:

- A) “Ferramentas administrativas”, na entrada “Visualizar eventos” e seguir demais procedimentos pertinentes.
- B) Somente no Microsoft Windows XP isto é possível desde que se siga os procedimentos descritos na alternativa A.
- C) Somente no Microsoft Windows 2000 é possível, desde que se siga procedimentos descritos na alternativa A.
- D) Em ambas versões do Microsoft Windows (XP e 2000) isto será possível, através da utilização de um programa/utilitário específico que pode ser obtido gratuitamente na Internet.
- E) Apenas no Microsoft Windows XP isto é possível, sendo através de programas/utilitários específicos que consigam ler o log do sistema.

35) Os programas de e-mail verificam periodicamente se existem novas mensagens em sua caixa postal. O período de verificação normalmente é de 30 minutos. No Outlook Express, se quisermos modificar este número, é necessário acionar:

- A) No Outlook Express não é possível modificar este número.
- B) No Outlook Express somente é possível modificar este número através de um utilitário que está disponível gratuitamente na Internet denominado SOS-Outlook.
- C) Isto só será possível no programa de e-mail denominado Eudora.
- D) Formatar/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).
- E) Ferramentas/ Opções/ Geral e digitar novo valor no item Verificar se há novas mensagens a cada “X” minuto(s).

LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

* Considere os itens das questões a seguir e assinale a alternativa correta, para cada questão, considerando o seguinte enunciado:

Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(s):

- A) I
- B) I e II
- C) I e III
- D) II e III
- E) I, II e III

36) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 2º da Lei 9.427/96 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- II. Segundo o Art. 7º da Lei 9.427/96 a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias após a nomeação do Diretor-Geral, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhada para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional.
- III. Segundo o Art. 9º da Lei 9.427/96 o ex-dirigente da ANEEL continuará vinculado à autarquia nos vinte e quatro meses seguintes ao exercício do cargo, durante os quais estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas sob sua regulamentação ou fiscalização, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.

37) Resposta: ()

- I. Segundo o Art. 32º da Lei 8.987/95 o poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Parágrafo único: A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- II. Segundo o Art. 33º da Lei 8.987/95 declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. § 1º: Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização. § 2º: O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- III. Segundo o Art. 34º da Lei 8.987/95 cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

38) Resposta: ()

- I.** Segundo o Art. 2º da Resolução 456 da ANEEL para os fins e efeitos desta Resolução são adotadas certas definições mais usuais, entre elas podemos citar: Grupo "A" – grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo nos termos definidos no art. 82º, caracterizado pela estruturação tarifária binômia e subdividido nos seguintes subgrupos: a) Subgrupo A1 – tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; b) Subgrupo A2 – tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; c) Subgrupo A3 – tensão de fornecimento de 69 kV; d) Subgrupo A3a – tensão de fornecimento de 30 kV a 44 kV; e) Subgrupo A4 – tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; f) Subgrupo AS – tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional.
- II.** Valor mínimo faturável é o valor referente ao custo de disponibilidade do sistema elétrico, aplicável ao faturamento de unidades consumidoras do Grupo "A", de acordo com os limites fixados por tipo de ligação.
- III.** Tarifa binômia é o conjunto de tarifas de fornecimento constituído por preços aplicáveis ao consumo de energia elétrica ativa e à demanda faturável.

39) Resposta: ()

- I.** Segundo o Art. 6º da Resolução 456 da ANEEL competirá à concessionária estabelecer e informar ao interessado a tensão de fornecimento para a unidade consumidora, com observância dos seguintes limites: I – tensão secundária de distribuição: quando a carga instalada na unidade consumidora for igual ou inferior a 75 kW; II – tensão primária de distribuição inferior a 69 kV: quando a carga instalada na unidade consumidora for superior a 75 kW e a demanda contratada ou estimada pelo interessado, para o fornecimento, for igual ou inferior a 2.500 kW; e III – tensão primária de distribuição igual ou superior a 69 kV: quando a demanda contratada ou estimada pelo interessado para o fornecimento for superior a 2.500 kW.
- II.** Segundo o Art. 40º da Resolução 456 da ANEEL, a concessionária efetuará as leituras, bem como os faturamentos, em intervalos de aproximadamente trinta dias, observados o mínimo de vinte e sete e o máximo de trinta e três dias, de acordo com o calendário respectivo. § 1º: O faturamento inicial deverá corresponder a um período não inferior a quinze nem superior a quarenta e sete dias. § 2º: Havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, excepcionalmente, as leituras poderão ser realizadas em intervalos de, no mínimo, quinze e no máximo, quarenta e sete dias devendo a modificação ser comunicada aos consumidores, por escrito, com antecedência mínima de um ciclo completo de faturamento. § 3º: No caso de pedido de desligamento, mediante acordo entre as partes, o consumo e/ou a demanda final poderão ser estimados com base na média dos três últimos faturamentos, no mínimo e proporcionalmente ao número de dias decorridos entre as datas de leitura e do pedido ressalvado o disposto no art. 48º.
- III.** Segundo o Art. 57º da Resolução 456 da ANEEL, em caso de retirada do medidor, por período de até trinta dias para fins de aferição ou por motivo de deficiência atribuível à concessionária, o faturamento relativo a esse período será efetuado com base na média aritmética dos três últimos faturamentos. § 1º: Nos casos em que a unidade consumidora permanecer por mais de trinta dias sem o equipamento de medição, por qualquer motivo de responsabilidade exclusiva da concessionária, o faturamento deverá ser efetuado com base nos respectivos valores mínimos faturáveis fixados no art. 48º ou no valor da demanda contratada. § 2º: Não será aplicada a cobrança de consumo de energia elétrica e demanda de potências reativas excedentes nos faturamentos efetuados de acordo com o previsto no parágrafo anterior. § 3º: Tratando-se de unidade consumidora rural, sazonal ou localizada em área de veraneio ou turismo, a concessionária deverá efetuar o faturamento determinando os consumos de energia elétrica e as demandas de potência, se houver, com base em período anterior de características equivalentes.

40) Resposta: ()

- I.** Segundo o Art. 25º da Lei 8.987/95 incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua esta responsabilidade.
- II.** Segundo o Art. 27º da Lei 8.987/95 é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, salvo se expressamente desautorizada pelo poder concedente.
- III.** Segundo o Art. 26º da Lei 8.987/95 a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará a caducidade da concessão.